

Adiada demolição de casas na área de proteção ambiental

MARCOS BRANDÃO

Ao contrário do prometido na semana passada, o governo do Distrito Federal não retomou as derrubadas, prometidas para ontem, em Vicente Pires, Colônia Agrícola Samambaia e Vila São José. De acordo com Antônio Magno, secretário do Serviço Integrado de Vigilância dos Mananciais (Siv-Água), a estratégia de retirar as ocupações menores – segundo ele, chiqueiros, galinheiros, muros e outras obras localizadas em Áreas de Proteção Permanente (APP) – depende agora de uma avaliação criteriosa.

– É preciso articular as ações para realizar o plano emergencial e atender ao TAC [Termo de Ajustamento de Conduta], pois em caso contrário o abastecimento de 45 mil pessoas poderá ser comprometido – disse Magno, referindo-se ao acordo, firmando em setembro, para garantir o início das obras de instalação da rede de água e esgoto. Sem o cumprimento do TAC, a Companhia de Saneamento do Distrito Federal (Caesb) não poderá investir os R\$ 92 milhões repassados pelo governo federal e Banco Mundial (Bird).



Vicente Pires: até a retirada de ocupações menores, como galinheiros e cercas, vai esperar

Na semana passada, o governo apresentou a proposta de retirar 384 casas, notificadas nas últimas duas semanas, que deveriam ser demolidas até o dia 22, limite de data do TAC. As derrubadas atingiriam somente as edificações que não estão

protegidas pela liminar concedida pelo juiz federal Hamilton Sá Dantas, há dez dias. Até o fechamento desta edição, o magistrado ainda não havia decidido por acatar as justificativas do Ibama para as desocupações.

– O governo deverá ter cui-

dado para discriminar quem está e quem não está protegido pela liminar, o que poderá ocasionar confusões – opina Junia Bittencourt, presidente União dos Condomínios Horizontais e Associação de Moradores do Distrito Federal.